



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

12538 - Resumo Expandido - Trabalho - XXVI Encontro de Pesquisa Educacional do Nordeste – Reunião Científica Regional Nordeste da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação – ANPEd Nordeste (2022)

ISSN: 2595-7945

GT12 - Currículo

### POLÍTICAS CURRICULARES PARA O ENSINO MÉDIO EM PERNAMBUCO SOB A INFLUÊNCIA DA RACIONALIDADE NEOLIBERAL

Almir Antonio Bezerra - UFPE - Universidade Federal de Pernambuco

Ana Priscila de Lima Araujo Azevedo - UFPE/CAMPUS AGRESTE - UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

Lucinalva Andrade Ataíde de Almeida - UFPE - Universidade Federal de Pernambuco

### **POLÍTICAS CURRICULARES PARA O ENSINO MÉDIO EM PERNAMBUCO SOB A INFLUÊNCIA DA RACIONALIDADE NEOLIBERAL**

#### **1 NOTAS INTRODUTÓRIAS: tentativas de cerceamento de ações contextuais**

Este artigo, inscrito no campo das políticas curriculares, tem como objetivo analisar sentidos de Políticas Curriculares no âmbito do Ensino Médio em Pernambuco sob a influência da racionalidade neoliberal. Do ponto de vista teórico-metodológico, mobilizamos referenciais do pós-estruturalismo a partir de contribuições de Laclau e Mouffe (2015), Mouffe (2019), como também de estudos de Dardot e Laval (2016), Brown (2019), Ball (2016;2020), inscritos no pós-marxismo, para explicitar como a racionalidade neoliberal vem operando nas políticas curriculares. Essas abordagens nos auxiliam na análise das políticas curriculares, pois sendo uma ferramenta de compreensão do social (LACLAU; MOUFFE, 2015; MOUFFE, 2015; 2019), tem a dimensão educacional inserida nela.

O Ensino Médio em Pernambuco, nas últimas duas décadas, centrou e centra-se normativamente em discursos mercadológicos. Dessa forma, as Políticas Curriculares, epicentro desses discursos, estão assentadas sob a ideia de desenvolvimento de competências e habilidades nos jovens para a empregabilidade. Nesse sentido, as políticas curriculares, desenvolvidas no âmbito do Ensino Médio, desses últimos governos progressistas, têm como sentido discursivo a intencionalidade de transformar a escola pública estadual em uma

empresa.

Essas ações não podem ser percebidas como fatos isolados, mas trata-se de uma extensa rede interligada onde Banco Mundial (BM) e Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), por exemplo, influenciam as políticas curriculares (HYPOLITO; JORGE, 2020) por meio de reformulações curriculares padronizadas. Esta padronização desconsidera os contextos em que os indivíduos estão inseridos, contextos estes que não dizem respeito apenas as fronteiras territoriais, mas que para além disso, se constituem discursivamente nos entremeios das vivências sociais e culturais dos espaços escolares.

Assim, através de um modelo de gestão intitulado de novo modelo de governança, os últimos governos estaduais, nesta análise especificamente do estado de Pernambuco, aprofundaram a racionalidade neoliberal, que traz consigo mudanças não apenas na economia e na política, mas também transformações culturais e educacionais (BALL, 2020). No bojo destas questões, apresentamos a seguir a análise dessas políticas a partir do diálogo com a Teoria do Discurso e com os autores anteriormente citados.

## **2. ANÁLISES EMPREENDIDAS A PARTIR DOS MOVIMENTOS DISCURSIVOS NAS POLÍTICAS CURRICULARES NO ESTADO DE PERNAMBUCO**

A partir das análises empreendidas, pudemos compreender que as Políticas Curriculares, sob a racionalidade neoliberal, são percebidas como movimento para obtenção de resultados notabilizados em avaliações externas, por meio de instrumentos como o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) e o Sistema de Avaliação Educacional de Pernambuco (SAEPE).

Essas avaliações externas funcionam como um movimento, como ponto de partida e chegada das políticas e práticas curriculares. Isto é, elas tentam dar estabilidade ao currículo padronizado, a política curricular instituída, à medida que objetiva controlar o que ensinar e o como ensinar, pois traz consigo um selo de verdade, restringindo-se apenas aos documentos oficiais.

O gerencialismo, que é sinônimo de racionalidade neoliberal, portanto, vem operando nas políticas curriculares em Pernambuco, não como um movimento isolado, mas em um intenso diálogo com o contexto global-nacional (SAMPAIO; LEITE, 2015), em que segue a histórica verticalização de políticas curriculares, tendo como destaque os empresários, fundações e instituições privadas que tentam frear outras formas de significações de currículos.

Percebemos a configuração de Políticas Curriculares sob o modelo gerencial para atender ao mercado (SOUZA, 2016), com a instituição das **Orientações Teórico- Metodológicas- OTM** (PERNAMBUCO, 2011), dos **Parâmetros para a Educação Básica**

(PERNAMBUCO, 2012) e dos **Parâmetros na Sala de Aula** (PERNAMBUCO, 2013).

Esses documentos, discursivamente, buscavam estabilizar discursos, identidades e subjetividades (LOPES, 2018). Assim, não limitavam-se a determinar o que ensinar, mas ousavam pontuar como ensinar através de sequências didáticas, projetos didáticos, aulas prontas para serem executadas, desconsiderando os contextos e os movimentos contextuais presentes nos cotidianos das escolas.

O cenário dessa racionalidade se aprofunda ao emergir a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) enquanto política curricular, sendo logo adotada e executada em Pernambuco em 2017. Esse documento, de caráter normativo, tem como sentido alinhar educação ao desenvolvimento econômico, reduzindo educação a níveis de aprendizagem (LOPES, 2018). E mais uma vez busca invisibilizar as múltiplas realidades, condições, agonísticas de vida de estudantes, pois essa política nega discurso hegemônico que aglutine unidades de diferenças (MENDOÇA; RODRIGUES, 2014).

Políticas Curriculares deste cunho evidenciam ainda o entendimento de que os professores apenas são executores de uma política previamente construída e estática, que engessa seus fazeres, pois agem em torno da formação de um sujeito único e homogêneo. Atuam, assim, diretamente sobre a ação dos professores, buscando cercear suas práticas contextuais.

Com essas Políticas Curriculares empoeiradas, existe a permanência de um fio condutor que é o esforço de instalação da subjetividade neoliberal nas pessoas. Isto é, têm como objetivo a indução do individualismo; incutir a competição entre as pessoas enquanto capital potencial (BROWN, 2019).

A racionalidade neoliberal busca instaurar nas pessoas um constante estado de alerta. A partir do momento em que as Políticas Curriculares estão operando sob essa racionalidade, os estudantes são vistos como instrumento mais eficiente para a eficácia econômica. Dessa forma, cria-se componentes curriculares nas escolas como Projeto de Vida e Empreendedorismo (presentes nas Políticas Curriculares de Pernambuco desde 2011, porém outrora como Educação para o Trabalho) para instalar a subjetividade neoliberal. Ou seja, direcionar e/ou preparar (formar) os jovens para o mundo do trabalho através da ideia do ser empreendedor.

O ser empreendedor inscreve-se em um jogo político que se movimenta na tentativa de redução do poder do trabalho. Isto é, tem como sentido discursivo o fim de conquistas trabalhistas, situando contextualmente dentro de desemprego estrutural, contração salarial e revogação de direitos sociais.

Apesar de as Políticas Curriculares no Brasil, e mais especificamente as de Pernambuco, inserirem-se e constituírem-se sobre movimentos de influências global (BALL, 2016; 2020; BALL; MAINARDES, 2011; SAMPAIO; LEITE, 2015), elas são significadas dentro de um campo de conflito infundável e de acordos temporários. Assim, elas configuram-

se, (re)formulam-se e articulam-se nos intercruzamentos dos contextos multiferenciais de forma híbrida. Portanto, a subjetividade neoliberal não é determinante e hegemônica nas Políticas Curriculares, pois existem as brechas discursivas constituídas nos contextos plurais de verdades contextuais.

### **3 CONCLUSÕES: construção de políticas de currículos em Pernambuco: movimento antidemocrático.**

As Políticas Curriculares para o Ensino Médio em Pernambuco nas últimas duas décadas, enquanto política pública de currículo, foram inscritas dentro de uma racionalidade antidemocrática (BROWN, 2019), pois tenta desconsiderar os professores enquanto produtores de políticas Curriculares. Assim, elas inscrevem-se em um movimento de questionar o político, destruir a democracia, autoritarismo, racionalidade capitalista e instalação em todos os aspectos das relações sociais, e situações de rivalidade com a instalação da competição entre as pessoas (DARDOT; LAVAL, 2020).

A instituição de Orientações Teórico- Metodológicas- OTM (PERNAMBUCO, 2011), de Parâmetros para a Educação Básica (PERNAMBUCO, 2012), de Parâmetros na Sala de Aula (PERNAMBUCO, 2013) e da BNCC são tentativas frear, cercar as práticas curriculares produzidas e ressignificadas nas escolas, tentando estabilizar, assim, as políticas neoliberais nas Políticas Curriculares. É importante pontuar que esses documentos rompem as fronteiras à medida que não se limitam a rede pública estadual, tampouco é um caso isolado para o Ensino Médio, mas esses discursos chegam às redes públicas municipais, afetando igualmente as práticas curriculares de professores.

Com isso, reafirmamos que não existe política curricular única, cristalizada, neutra. Os contextos das práticas são multifacetados, multirreferencial e não são estáticos. Assim, toda política curricular, apesar de o estado de Pernambuco desloca-se para atender a racionalidade neoliberal, manifesta-se através de lutas por produção de sentidos que são contextuais.

Este deslocamento pode ser sentido ainda a partir as ações realizadas pelos professores em suas práticas curriculares cotidianas são movimentos de (re)significação curricular, mas transcendem a própria natureza da (re)significação, a partir do momento que são ações políticas de decisão e construção curricular. Os professores não apenas (re)significam, como originalmente criam, decidem e constroem currículos contextuais em suas decisões cotidianas, e este movimento tem escapado às prescrições e aos sentidos estabilizados sobre políticas curriculares.

Portanto, o que é feito na escola, o que o professor faz em sua prática cotidiana, está inserido nesse movimento de negociação política entre local, regional, nacional, internacional, como também no movimento de (re)significação de currículo (BALL, 2011; 2020). Estes

elementos nos permitem pensar que os cotidianos vivenciados por professores e alunos diante das políticas curriculares, no caso aqui específico para o ensino médio, têm evidenciado movimentos de construção curricular, para além da lógica de homogeneização dos indivíduos.

## REFERÊNCIAS

- BALL, Stephen J. **Educação global S.A. Novas redes políticas e o imaginário neoliberal**. Trad. de Janete Bridon. 23. ed. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2020.
- BALL, Stephen J. Maguire, M.; Braun, A. **Como as escolas fazem política: atuação em escolas secundárias**. Tradução: Janete Bridon. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2016.
- BALL, Stephen J.; MAINARDE, Jefferson (orgs). **Políticas educacionais: questões e dilemas**. - São Paulo: Cortez, 2011.
- BROWN, Wendy. **Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no Ocidente**. Traduzido por Mario A. Marino, Eduardo Altheman C. Santos. – São Paulo: Editora Filosófica Politeia, 2019.
- DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. Tradução Mariana Echalar.- 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.
- HYPOLITO, Á. C.; JORGE, Tiago. OCDE, PISA e Avaliação em Larga Escala no Brasil: Algumas Implicações. **SISYPHUS, JOURNAL OF EDUCATION**, V. 8 m. 1 (2020): Políticas Educativas e Mudanças na Profissão Docente. DOI: <https://doi.org/10.25749/sis.18980>.
- LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. **Hegemonia e estratégia socialista: por uma política democrática radical**. Tradução de Joanildo A. Burity, Joasias de Paula Jr. E Aécio Amaral. São Paulo: Intermeios; Brasília: CNPq, 2015.
- LOPES, Alice Casimiro. Apostando na produção contextual do currículo. *In: A BNCC na contramão do PNE 2014-2024: avaliação e perspectiva*. Organização: Márcia Angela da S. e Luiz Fernando Dourado [Livro Eletrônico]- Recife, 2018.
- PERNAMBUCO. Secretaria Estadual de Educação. **Orientações Teórico- Metodológicas**. Língua Portuguesa para o Ensino Fundamental e Médio. Recife – PE. 2011. Disponível em: [http://www.educacao.pe.gov.br/portal/upload/galeria/1037/OrientacoesTM\\_LinguaPortuguesaE](http://www.educacao.pe.gov.br/portal/upload/galeria/1037/OrientacoesTM_LinguaPortuguesaE) Acesso em 11 de fev. de 2022.
- PERNAMBUCO. Secretaria Estadual de Educação. Parâmetros para a Educação Básica do Estado de Pernambuco. **Parâmetros Curriculares**. Recife – PE. 2012. Disponível em: [http://www.educacao.pe.gov.br/portal/upload/galeria/4171/parametros\\_curriculares\\_concepcoes](http://www.educacao.pe.gov.br/portal/upload/galeria/4171/parametros_curriculares_concepcoes) Acesso em 11 de fev. de 2022.
- PERNAMBUCO. Secretaria Estadual de Educação. Parâmetros para a Educação Básica do Estado de Pernambuco. **Parâmetros na Sala de Aula**. Recife – PE. 2013. Disponível em: [http://www.educacao.pe.gov.br/portal/upload/galeria/4171/PSAdigital\\_VOL1.pdf](http://www.educacao.pe.gov.br/portal/upload/galeria/4171/PSAdigital_VOL1.pdf)> Acesso em 11 de fev. de 2022.

MENDOÇA, Daniel de. RODRIGUES, Léo Peixoto. (Org.). **Pós-estruturalismo e teoria do discurso: em torno de Ernesto Laclau**. 2. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014.

SAMPAIO, Marta.; LEITE, Carlinda. A territorialização das políticas educativas e a justiça curricular: o caso TEIP em Portugal. **Currículo sem Fronteiras**, v. 15, n. 3, p. 715-740, set./dez. 2015.

SOUZA, Débora Quetti Marques de. **A gestão escolar como arena política: impasses do novo gerencialismo**. (193 f.) Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação – Centro de educação, Universidade Federal de Pernambuco, 2016.